



Ambiente, Saúde e Sociedade

Interdependências
e Diálogos



Márcia Grisotti | Isaura Wayhs Ferrari
(organizadoras)

Ambiente, Saúde e Sociedade
Interdependências e diálogos

**Márcia Grisotti
Isaura Wayhs Ferrari
(organizadoras)**

Ambiente, Saúde e Sociedade

Interdependências e diálogos

E-book



São Leopoldo
2024

© Dos(as) autores(as) – 2024

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Revisão: André Dick

Diagramação e arte-final: Jair de O. Carlos

Conselho Editorial:

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Bolsista de Produtividade CNPq)

Marluza M. Harres (Unisinós)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fernet-Betancourt (Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Centro Universitário São Camilo)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

A492 Ambiente, saúde e sociedade: interdependências e diálogos. [E-book]. / Organizadoras: Márcia Grisotti e Isaura Wayhs Ferrari. – São Leopoldo, RS: Oikos, 2024.

452 p.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-5974-183-0

1. Ecologia humana. 2. Ambiente e Sociedade. 3. Impactos da pandemia – Tomada de decisão. 4. Crise sanitária. 5. Família multiespécie – Saúde – Pets. 6. Racionalização – Humanização – Hospital público. 7. Violência estrutural – Saúde. I. Grisotti, Márcia. II. Ferrari, Isaura Wayhs.

CDU 504.75

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

As relações homem-animal e a ambição bioseguritária¹

Muriel Figuié

No momento em que a maior parte das sociedades pensava ter domesticado o mundo vivo na sua modernidade triunfante, as crises sanitárias recentes mostram que isto está largamente fora do seu controle. Pelo contrário, nas últimas décadas, a humanidade tem atravessado uma transição epidemiológica importante (BARRETT *et al.*, 1998), marcada pelo aparecimento de novas doenças infecciosas e por uma “epidemia de epidemias” (MORAND; FIGUIÉ, 2016).

Na maioria dos casos, estas novas doenças são de origem animal (VIH, Ebola, SARS-CoV-1, Marburg, Nipah, gripe aviária, etc., como talvez também o vírus SARS-CoV-2, responsável pela Covid-19). Ao mostrar que não existem barreiras para os micróbios, nem mesmo barreiras de espécies, o seu aparecimento minimiza as fronteiras que se pensava estarem firmemente estabelecidas entre os seres humanos e os animais. É verdade que os animais sempre foram uma fonte de agentes patogênicos para os seres humanos (MCNEIL, 1997), mas o mundo científico concorda que o recente aumento das doenças infecciosas é um processo novo, resultado de mecanismos complexos. Estão em jogo fenômenos tão diversos como a destruição dos habitats naturais, a erosão da biodiversidade, a alteração dos métodos agrícolas, as alterações climáticas e a globalização das trocas comerciais (MORAND; PIPIEN, 2013), que caracterizam uma mudança na nossa relação com os seres vivos, característica do Antropoceno (BONNEUIL, 2020).

Estes novos agentes patogênicos estão a emergir num mundo hiperconectado. Não respeitam barreiras espaciais. Em resposta, várias organizações internacionais, incluindo a OMS (Organização Mundial de Saúde),

¹ Artigo originalmente publicado em: Figuié, M. (2022). Les relations humain-animal et l’ambition biosécuritaire. In: PAILLARD, Bernard; LAPIERRE, Nicole. *Communications*. Mondes associés: les vivants dans tous leurs États. Paris: Ed. Le Seuil. p. 127-13.

a OIE (Organização Mundial da Saúde Animal) e a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), adotaram e contribuíram largamente para a promoção do conceito “Uma Só Saúde”, One Health – OH (CHIEN, 2019). Este conceito apela a uma mudança de paradigma no domínio da saúde, com uma abordagem descompartmentalizada da saúde humana, animal e ambiental.

O objetivo aqui é documentar o impacto destas mudanças na forma como pensamos a relação entre humanos e animais. Abordo esta questão através do lugar e do significado atribuídos à saúde animal nas políticas de saúde globais. Esta abordagem significa que é dada muita atenção aos animais de criação e, em segundo lugar, aos animais selvagens (negligenciando os animais de estimação e de lazer). Recorro a uma vasta gama de literatura para colocar em perspectiva a investigação sobre a história das relações entre humanos e animais, a medicina humana e veterinária, a biodiversidade e a ação pública internacional. Também me baseio em trabalhos anteriores (FIGUIÉ; PEYRE, 2023) que me permitiram monitorar a forma como as organizações internacionais lidam com doenças emergentes através da utilização do conceito de OH e de medidas de biossegurança.

Esta análise me permite descrever o processo histórico que conduziu à atual visão antropocêntrica da saúde animal. Isto antes de mostrar como o desafio colocado pelas doenças emergentes contribuiu para uma nova ambição, sintetizada no conceito One Health: renovar a visão setorial da saúde, levando em conta a saúde dos animais e do ambiente, juntamente com a dos seres humanos. No entanto, a aplicação estratégica deste conceito coloca uma grande ênfase na monitorização de potenciais ameaças provenientes dos animais e, conseqüentemente, houve poucas mudanças na forma como pensamos a nossa relação com os organismos vivos.

A saúde animal como um processo histórico

A forma como as ciências concebem a saúde animal atualmente é o resultado de um processo histórico de distanciamento e instrumentalização dos animais, documentado por numerosos autores, e que irei retrair brevemente aqui.

Desde o início (com Platão e Aristóteles no século IV a.C.), o estudo científico dos animais inscrevia-se numa abordagem global, a história natural, que visava a estudar a realidade multifacetada dos seres vivos (BOD-

SON, 1998). Posteriormente, porém, a filosofia do Iluminismo desenvolveu a ideia de uma descontinuidade radical entre “homem e animal”, um animal que se tornou um bruto ou uma máquina com Descartes. A partir de então, a ciência dos animais foi progressivamente isolada da história natural, acabando por constituir um domínio distinto, segundo o método cartesiano (especialização do conhecimento do simples para o complexo), o que contribuiu para tornar ainda mais clara a distinção entre o homem e os animais. Nos séculos XIX e XX, a proliferação de trabalhos de laboratório em zoologia ou biologia alargou este processo de isolamento do animal estudado, não só do homem, mas também do seu meio natural em geral (BARROUX, 2011).

O desenvolvimento subsequente das ciências veterinárias e da zootecnia continuou este processo de distanciamento e pouco fez para alterar o estatuto dos animais na sociedade (BARROUX, 2011). Estas disciplinas centram-se no animal de criação, tornando-o um objeto utilitário, um meio para atingir um fim, mas raramente um fim em si mesmo. Vários autores sublinharam a indiferença dos seres humanos em relação ao sofrimento dos animais domesticados e procuraram explicar porquê. Para alguns, o próprio projeto de domesticação traz consigo a ambição de dominar a natureza e os animais (DIGARD, 1989), ambição essa particularmente marcada na cultura judaico-cristã e que poderia explicar a sua indiferença pelo sofrimento dos animais (DELORT, 1984). Outros autores, pelo contrário, têm uma visão mais positiva da domesticação, vendo-a como um contrato de interesse recíproco (porque os humanos protegem os animais), e salientando a relação sensível e de cooperação que existe entre os agricultores e os seus animais (PORCHER, 2007).

O distanciamento entre humanos e animais tornou-se ainda mais acentuado no século XIX, em resultado de mudanças sociais e económicas: a urbanização e o alongamento das cadeias de abastecimento puseram fim à sua proximidade física; à representação dos animais mudou; e ao contrato doméstico que ligava os humanos aos animais de criação numa relação de serviços recíprocos foi quebrado (LARRÈRE; LARRÈRE, 1997). O distanciamento físico, cognitivo e emocional aumenta, enquanto a ligação com os animais de companhia se torna mais estreita, como um processo de compensação (KECK, 2012). Esta distância torna moralmente possível a industrialização da criação e da matança.

Este processo ajuda a explicar a adoção pelas organizações internacionais de uma definição de saúde pública veterinária (SPV) como “a soma de todas as contribuições para o bem-estar físico, mental e social da humanidade através do conhecimento e da aplicação da ciência veterinária”². O objetivo da SPV é controlar o estado de saúde dos animais, de modo a que nem eles nem os seus produtos (carne, leite, etc.) constituam uma fonte de perigo para a saúde humana, e a que o seu estado físico beneficie a produtividade e a rentabilidade económica das explorações pecuárias.

Em muitos países, no século XX, o desenvolvimento da vacinação e dos antibióticos ajudou a controlar as doenças infecciosas e, com elas, as zoonoses, eliminando, assim, o risco infeccioso que os animais representavam para a saúde humana. A questão central da saúde animal passou então a ser a produção (produtividade, qualidade). Na maioria dos países, a saúde animal é um domínio de política pública supervisionado pelas autoridades responsáveis pela agricultura (e não pela saúde ou pelo ambiente).

A industrialização da pecuária acentuou ainda mais este objetivo produtivo da sanidade animal, levando à exclusão da patologia e encorajando mesmo a seleção e a produção de animais com problemas físicos importantes, como a motricidade ou o parto (como as porcas engaioladas e as vacas “culard”). Este processo também torna “pensável” e aceitável a realização de abates em massa, incluindo de animais saudáveis, por razões sanitárias e económicas (como na gestão das epidemias de febre aftosa na Europa³). Em resposta, surgiu um movimento social que apela a uma maior consideração pelo bem-estar dos animais, nomeadamente dos animais de criação. No entanto, as recentes alterações das normas introduzidas por esses movimentos foram objeto de críticas. Por um lado, foram criticadas pelos defensores da libertação animal, que se opõem a todas as formas de criação de

² FAO, OIE, OMS, Définition de la santé animale adoptée à la Conférence de Teramo en 1999 (et directement empruntée à la définition de l’Académie vétérinaire de France de 1997) dans “Santé publique vétérinaire et contrôle des zoonoses dans les pays en développement: résumé des commentaires et discussions de la Conférence électronique FAO/OMS/OIE”. Disponível em: <http://www.fao.org/3/Y4962T/y4962t03.htm>.

³ La fièvre aphteuse n’est pourtant ni zoonotique, ni mortelle pour les animaux, mais elle a un impact économique majeur du fait des normes sanitaires commerciales. Voir à ce sujet Muriel Figuié et Ève Fouilleux, “How much severe is a disease? The social construction of the foot-and-mouth disease”, communication au colloque ESA/ISA “Risk and uncertainty: Ontologies and methods”, université d’Amsterdam, Pays-Bas, 23-25 janvier 2013.

animais e, por conseguinte, à própria ideia de os seres humanos assumirem a responsabilidade pela saúde e pelo bem-estar dos animais. Por outro lado, são contestados por aqueles que, como a socióloga Jocelyne Porcher, os veem simplesmente como uma forma de lidar com as críticas crescentes às condições da criação industrial, construindo um compromisso mínimo que “[...] visa acima de tudo minimizar os efeitos devastadores da exploração animal sem pôr em causa a industrialização da produção, que é considerada inevitável” (PORCHER, 2007). Muitas instituições integraram o objetivo do bem-estar dos animais nas suas competências (OIE, 2007), e o debate atual é menos sobre o reconhecimento de valores partilhados do que sobre a hierarquia a atribuir a esses valores no processo de tomada de decisões.

A saúde animal é, por conseguinte, um processo histórico que testemunha um distanciamento crescente entre os animais, os seres humanos e o ambiente natural. Na viragem do século XX para o século XXI, o aparecimento de novas doenças infecciosas de origem animal abalou um certo número de certezas e, juntamente com o conceito de Uma Só Saúde, pôs em causa este processo de distanciamento.

Doenças emergentes e o conceito “Uma Só Saúde”. Uma oportunidade para questionar o lugar dos animais na saúde

Nas décadas de 1960 e 1970, o desenvolvimento de duas novas disciplinas, a etologia e a bioecologia, voltou a colocar o animal na natureza como objeto de estudo (BODSON, 1998). Este retorno a uma abordagem mais global pode também ser observado no domínio da saúde, com o conceito de ecologia das doenças infecciosas na década de 1960, seguido do conceito de doenças infecciosas emergentes na década de 1990 (MORSE, 1995). Este último conceito foi criado para lidar com as novas doenças humanas emergentes no final do século XX, como a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (VIH/SIDA), a tuberculose resistente e a doença do vírus Ébola. O desenvolvimento de vacinas e antibióticos tinha suscitado a esperança de que o risco de infeção pudesse ser ultrapassado e a erradicação da variola em 1980 parecia abrir caminho a uma maior erradicação.

Um acontecimento marcante foi o relatório publicado nos Estados Unidos em 1992 pelo Institute of Medicine (IOM) intitulado “Emerging infections: Microbial threats to health in the United States” (LEDERBERG; SHOPE; OAKS, 1992). Este relatório enfatizava que a maior parte dos agen-

tes patogênicos que tinham surgido recentemente já existiam na natureza, nomeadamente na fauna selvagem, e que as alterações antropogênicas do ambiente (ligadas nomeadamente à agricultura e à urbanização) tinham conduzido à criação de novas “rotas microbianas” através das quais os agentes patogênicos da fauna selvagem entravam agora potencialmente em contato com os seres humanos ou os animais domésticos. Essas “doenças e infecções cujos agentes patogênicos são naturalmente transmitidos de animais vertebrados para o homem” são conhecidas como zoonoses (SILVAIN; GOFFAUX; SOUBELET, 2020).

No caso das zoonoses emergentes, não são apenas os animais selvagens que constituem uma ameaça: o relatório da OIM aponta também a criação em grande escala, nomeadamente de aves, como a causa da incidência crescente de salmonelose nos seres humanos, e a utilização maciça de antibióticos na medicina veterinária, que favorece o aparecimento de bactérias e de genes de resistência que ameaçam os seres humanos. O estudo efetuado por Jones *et al.* (2008) confirma o papel importante dos animais no aparecimento de novas doenças. Este estudo mostra que a maior parte dessas doenças são zoonoses (60%), sendo a maioria (75%) originária da fauna selvagem.

Depois do medo do lobo, o animal é de novo uma ameaça. No mundo anglofono, a série televisiva baseada no livro de Richard Preston, *The hot zone* (1994), que retrata o aparecimento de novos agentes patogênicos como “a vingança da floresta tropical”, e o livro de Laurie Garrett, *The coming plague: Newly emerging diseases in a world out of balance* (1995), popularizaram a visão da natureza como uma ameaça. No que diz respeito aos animais domésticos, as vacas foram descritas como carnívoras (com o episódio da doença das vacas loucas, BSE), as explorações agrícolas industriais foram acusadas de serem “fábricas de vírus” e as aves de capoeira eram monstros (com o livro de Mike Davis, *The monster at our door*, em 2005, sobre a epidemia de gripe aviária). Além disso, num contexto de receio de atentados terroristas, a Organização Mundial da Saúde Animal elaborou uma lista de agentes patogênicos de origem animal que poderiam ser utilizados como armas biológicas⁴: os animais juntam-se assim à ameaça terrorista (ver também o acordo assinado em 2020 entre a OIE e a Interpol para o controlo dos agrocrimes).

⁴ Disponível em: <http://www.oie.int/fr/expertise-scientifique/reduction-des-menaces-biologiques/>.

A emergência de novas doenças não é apenas uma chamada de atenção para a ameaça biológica permanente e para o papel dos animais, tanto selvagens como domésticos, na saúde humana. Sublinha igualmente a globalização das ameaças para a saúde, devido à intensificação do comércio internacional e, com ele, dos agentes patogénicos, bem como a interdependência das economias afetadas por crises sanitárias⁵. A pandemia de gripe aviária (H5N1), que teve início em 2004, ajudou a mobilizar a comunidade internacional para uma ação coordenada em matéria de saúde mundial. Em 2008, as organizações internacionais (FAO, OMS, OIE, etc.) elaboraram um quadro estratégico, “A strategic framework for reducing risks of infectious diseases at the animal-human-ecosystems interface”, no qual afirmaram a sua vontade de trabalhar em conjunto para fazer face às doenças emergentes de forma descentralizada, através do conceito One World-One Health, que se tornou posteriormente One Health (FAO *et al.*, 2008). Esta nova palavra de ordem para a ação internacional em matéria de saúde pública visa a reunir a saúde humana, a saúde animal e a saúde dos ecossistemas através de uma abordagem intersetorial e de uma investigação multidisciplinar. A definição adoptada por estas organizações ecoa a da Associação Médica Veterinária Americana, que descreve a abordagem da OH como “os esforços de colaboração de múltiplas disciplinas que trabalham a nível local, nacional e global, para alcançar uma saúde óptima para as pessoas, os animais e o nosso ambiente” (FAO *et al.*, 2008).

O conceito está destinado a tornar-se um novo paradigma de saúde e uma palavra de ordem para a ação sanitária internacional, tal como aconteceu com o conceito de desenvolvimento sustentável na década de 1990. Ajudou a colocar o problema dos riscos infecciosos de novo na ordem do dia e incentivou-nos a pensar na saúde animal como parte de uma abordagem global da saúde. No entanto, a aplicação prática deste conceito limitará o seu alcance. Em particular, o que será promovido não é tanto a saúde para os animais, mas a saúde através dos animais.

⁵ Note-se que enquanto a Peste Negra, que surgiu na China no século XIV, demorou quinze anos a chegar à Europa, a SARS em 2003 demorou apenas alguns meses e a Covid-19 apenas algumas semanas, cf. Anne Chemin, “Coronavirus: ce que les grandes épidémies disent de notre manière d’habiter le monde”, *Le Monde* [enligne], 21 maio 2020-22 maio 2020. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/05/21/ce-que-les-grandes-epidemies-disent-de-notre-maniere-d-habiter-le-monde_6040359_3232.html.

Vigilância: os limites de biossegurança da mudança de paradigma

O conceito de “Uma Só Saúde” é proposto como uma nova forma de pensar a saúde, de uma forma global, na interface entre a saúde dos seres humanos, dos animais e do ambiente. Várias análises ajudaram a relativizar a novidade do conceito, traçando a sua genealogia e as suas ligações com outros conceitos⁶. Estas análises sublinham igualmente as dificuldades práticas de tomar em consideração o componente ambiental (GARINE-WICHATITSKY *et al.*, 2021). As abordagens (em matéria de investigação ou de ação pública) que pretendem basear-se numa abordagem de OH limitam-se atualmente, sobretudo, a uma abordagem clássica das zoonoses (CASSIDY, 2018). De fato, vários fenômenos se conjugam para reduzir este enquadramento holístico. Examinamos, em particular, o impacto desta redução na consideração dada aos animais.

O conceito de OH é frequentemente utilizado como uma nova forma de falar de zoonoses e é, por conseguinte, reduzido à interface homem/animal, como se pode ver na maioria das publicações que o referem (CASSIDY, 2018). A dimensão “ambiental” é principalmente entendida em termos de animais selvagens como potenciais reservatórios de agentes patogênicos. Este enfoque particular nas zoonoses pode ser facilmente explicado pela própria história da adoção do conceito, em resposta à crise da gripe aviária H5N1, como já foi referido (as aves de capoeira e as aves selvagens desempenham um papel central na propagação da gripe aviária, uma vez que a contaminação ocorre através da transmissão ave/humano, sem contaminação direta humano/humano). Mas, dentro da própria questão zoonótica, está a ocorrer outra redução, de modo que, mesmo que as zoonoses sejam um tema importante nas abordagens da OH, a “saúde dos animais” desempenha apenas um papel secundário. De fato, a questão das zoonoses é abordada essencialmente do “lado” da saúde humana (VAN HERTEN;

⁶ Yu-Ju Chien, “How did international agencies perceive the avian influenza problem?...” , art.cit.; Jérôme Michalon, “One Health au prisme des sciences sociales...” , art. cit.; Abigail Woods, Michael Bresalier, Angela Cassidy, Rachel M. Mason Dentinger (éd.), *Animals and the Shaping of Modern Medicine. One Health and its Histories*, New York, Palgrave MacMillan, 2018; François Roger, Alexandre Caron, Serge Morand, Miguel Pedrono, Michel de Garine-Wichatitsky, Véronique Chevalier, Annelise Tran, Nicolas Gaidet, Muriel Figuié, Marie-Noël de Visscher et Aurélie Binot, “One Health and EcoHealth: The same wine in different bottles?”. *Infection Ecology & Epidemiology*, v. 6, n. 1, 2016.

BOVENKERK; VERWEIJ, 2019). E são as doenças que circulam dos animais para os seres humanos (e não dos seres humanos para os animais) que constituem o foco principal. A OH é utilizada com um objetivo de saúde pública em que o homem continua a ser o foco. Nesta mesma perspectiva, não são as doenças dos animais, mas os agentes microbianos que eles transportam (sem que isso afete necessariamente a sua saúde) e que são ou podem ser patogênicos para os seres humanos, que são o centro das atenções. Esta abordagem, embora reduza o animal ao papel de reservatório, ajuda a alargar o âmbito da “saúde animal” de modo a incluir qualquer animal que represente uma ameaça para a saúde humana, independentemente do seu próprio estado de saúde e bem-estar.

Esta interpretação antropocêntrica do conceito de “Uma Só Saúde” não é o resultado de uma luta de poder entre os atores da saúde humana e os atores da saúde animal. As partes interessadas na saúde animal desempenharam um papel importante na promoção do OH (CASSIDY, 2018) numa perspectiva de saúde pública. Longe de opor esses dois grupos de intervenientes, esta redução reflete uma convergência na forma como a saúde animal é encarada, de forma utilitária, ao serviço da saúde pública, da segurança dos alimentos e da economia agrícola, como já foi referido. Nesse sentido, o conceito de OH não altera a visão dominante da saúde animal.

Por último, outro fator importante de redução está ligado ao principal mecanismo mobilizado para a aplicação do conceito de OH, o da vigilância epidemiológica. No documento de estratégia do OH adotado em 2008, as organizações signatárias declaram: “A implementação de um sistema global de vigilância dos riscos... será a grande prioridade”⁷. Uma vez que as emergências são inevitáveis (de acordo com o princípio “não se, mas quando”), a única forma de as enfrentar é identificá-las o mais cedo possível, através de uma vigilância alargada, a fim de limitar a sua propagação geográfica e as deslocações de espécies, e dar-nos tempo para nos prepararmos para elas. A vigilância é uma componente de um conjunto de dispositivos conhecidos como “biossegurança”, uma nova forma de gestão dos riscos em que a monitorização dos organismos vivos – humanos, animais e

⁷ Tradução pela autora da citação “Establishment of a global risk-based surveillance system... will be a major priority”, FAO, OIE, WHO, UNSIC, Unicef, WB, “Contributing to One World, One Health. A Strategic framework for reducing risks of infectious diseases at the animal-human-ecosystems interface”. *Nations Unies*, 2008, p. 20. Disponível em: <https://www.fao.org/3/aj137e/aj137e00.pdf>.

agentes patogênicos – desempenha um papel fundamental. Esses dispositivos retomam o objetivo da segurança para incluir a ambição de gerir a incerteza, de antecipar e de vigiar não só os territórios, mas, sobretudo, os fluxos. Essas medidas foram amplamente debatidas nas ciências sociais e, em menor grau, na saúde animal⁸. Sem retomar estes debates, podemos sublinhar aqui que a antecipação das doenças emergentes implica atribuir um papel importante às espécies animais conhecidas por albergarem agentes patogênicos potencialmente zoonóticos, cuja vigilância permite fazer soar o alarme e alertar os seres humanos para potenciais emergências (SILVAIN; GOFFAUX; SOUBELET, 2009). Este papel de sentinela sanitária, descrito por Frédéric Keck (2020), coloca os animais na linha da frente da guerra travada pelo homem contra os vírus. Ao implementar sistemas de vigilância, a aplicação do conceito de “Uma Só Saúde” reforça a dimensão utilitária do animal mais do que a põe em causa.

Os mecanismos complexos envolvidos nos processos de emergência são assim traduzidos e tornados visíveis através da monitorização do rasto deixado pela circulação de agentes patogênicos nos organismos vivos: “Sim, os cientistas dominam o mundo, mas apenas se o mundo lhes chegar sob a forma de duas dimensões sobreponíveis e combináveis [...]”, escreveu Bruno Latour (1996). O mundo da One Health, através dos sistemas de vigilância, é também reduzido a alguns elementos: três compartimentos – os seres humanos, os seus animais domésticos e os animais selvagens (esses últimos representando o ambiente) – ligados por um fluxo (unidirecional) de agentes patogênicos dos animais para os seres humanos. Com este modelo, “[...] uma pequena parte permite-nos apreender o imenso todo” (LATOUR, 1996) e, nesta pequena parte, o animal e a sua própria saúde têm apenas um pequeno lugar.

⁸ FIGUIÉ, Muriel. “La gouvernance de la santé animale: entre biosécurité et bien public mondial”, art. cit.; BINGHAM, Nick; ENTICOTT, Gareth et HINCHLIFFE, Steve. “Biosecurity: Spaces, practices, and boundaries”. *Environment and Planning A*, v. 40, p. 1.528-1.533, 2008; HINCHLIFFE, Steve; ALLEN, John; LAVAU, Stéphanie; BINGHAM, Nick et CARTER, Simon. “Biosecurity and the topologies of infected life: From borderlines to borderlands”. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 38, n. 4, p. 531-543, 2013.

Conclusão: repensar o lugar dos animais

As doenças emergentes contribuíram para o aparecimento do conceito mais ou menos novo de One Health. Este conceito convida-nos a pensar na saúde dos seres humanos, dos animais e do ambiente em conjunto, tanto na investigação como na ação pública.

Mas a saúde animal é um conceito vago, raramente definido (FIGUIÉ, 2006), que deriva o seu significado do contexto em que é enunciado e o seu conteúdo concreto da sua aplicação prática. No contexto da saúde veterinária mundial, a saúde animal está ao serviço dos seres humanos. É a “saúde através dos animais”. Adotar o conceito de OH e pô-lo em prática, através de medidas de biossegurança, reforça a natureza antropocêntrica da saúde animal, em vez de a pôr em causa.

Mas a incorporação da ambição de “saúde para os animais” no projeto One Health só pode ser feita explicitando o que as nossas sociedades querem para os animais e, portanto, como querem viver com eles.

A definição de saúde pública veterinária adotada pelas organizações internacionais acima referidas é a proposta em 1997 pela Academia Veterinária de França. Durante a crise da Covid-19, a Academia reviu a sua definição para incluir a saúde dos ecossistemas e o bem-estar dos animais⁹. Mais ambiciosamente, consolidou-se um movimento de pensamento ecológico que vê a crise como a expressão de uma ruptura entre as sociedades humanas e a natureza e os seres vivos (TRUONG, 2020). Segundo Vinciane Despret (2020), é preciso parar de “declarar guerra à vida” e, em vez disso, forjar novas alianças. Por conseguinte, temos de deixar de construir um cordão (sanitário) cada vez mais impenetrável entre nós e os animais. Temos também de renunciar a uma vigilância generalizada e aceitar aquilo a que Virginie Maris chama “o lado selvagem do mundo” (MARIS, 2018). Este é um projeto estimulante, que nos obriga a considerar a complexidade dos seres vivos, a fim de nos reconectarmos com o animal como um ser sensível, no projeto coletivo de saúde.

⁹ Disponível em: <https://academie-veterinaire-defrance.org/communiqués-de-presse/communique-de-presse-2021-08-lacademie-veterinaire-de-france-revisite-la-definition-de-la-sante-publique-veterinaire>.

Referências

- BAÏCHI, Laetitia. Histoires et relations d'éleveurs français avec leurs vaches laitières. In: POULAIN, Jean Pierre (dir.). *L'Homme, le mangeur, l'animal. Qui nourrit l'autre?* Paris: Observatoire Cidil des habitudes alimentaires, 2007. p. 207-220.
- BARRETT, Ronald; KUZAWA, Christopher W.; MCDADE, Thomas W.; GEORGE, J. Armelagos. Emerging and re-emerging infectious diseases: The third epidemiological transition. *Annual Review of Anthropology*, v. 27, p. 247-271, 1998.
- BARROUX, Gilles. La santé des animaux et l'émergence d'une médecine vétérinaire au xviiiè siècle. *Revue d'histoire des sciences*, v. 64, n. 2, p. 349-376, 2011.
- BODSON, Liliane. L'histoire des animaux. In: CYRULNIK, Boris. *Si les lions pouvaient parler*. Essais sur la condition animale. Paris: Gallimard, 1998. p. 230-255.
- BONNEUIL, Christophe. L'Anthropocène, mutation des rapports avec le vivant», communication au colloque. *L'animal à l'Anthropocène*, 10 et 11 décembre 2020, musée de l'Homme, Paris.
- CASSIDY, Angela. Humans, other animals and 'One Health' in the early Twenty-first century. In: WOODS, Abigail; BRESALIER, Michael; CASSIDY, Angela; DENTINGER, Rachel M. Mason (éd.). *Animals and the Shaping of Modern Medicine*. One Health and its Histories. New York: Palgrave MacMillan, 2018.
- DESPRET, Vinciane. "Ne déclarons pas la guerre au vivant"», deuxième volet de Penseurs du nouveau monde, une série de six entretiens parus dans le journal *Le Monde* [en ligne, réservé aux abonnés], 3 ago. 2020. Disponible em: https://www.lemonde.fr/series-d-ete/article/2020/08/03/vinciane-despret-nedeclarons-pas-la-guerre-au-vivant_6048043_3451060.html.
- CHIEN, Yu-Ju. How did international agencies perceive the avian influenza problem? The adoption and manufacture of the "One World, One Health" framework». *Sociology of Health & The Illness*, v. 35, n. 2, p. 213-226, 2012.
- DIGARD, Jean-Pierre. *L'Homme et les animaux domestiques*. Anthropologie d'une passion. Paris: Fayard, 1989. p. 325.
- DELORT, Robert. *Les animaux ont une histoire*. Paris: Seuil, 1984. p. 389.
- FIGUIÉ, Muriel. Global health risks and cosmopolitisation: From emergence to interference. *Sociology of Health & Illness*, v. 35, n. 2, p. 227-240, 2013.
- FIGUIÉ, Muriel. La gouvernance de la santé animale: entre biosécurité et bien public mondial. *Natures Sciences Sociétés*, v. 29, n. 3, p. 274-287, 2021.
- FIGUIÉ, Muriel. La gouvernance de la santé animale..., art. cit.; Stefan Gunnarsson, The conceptualisation of health and disease in veterinary medicine. *Acta Veterinaria Scandinavica*, v. 48, n. 1, p. 20-26, 2006.

FIGUIÉ, Muriel; PEYRE, Marie-Isabelle. Le concept “Une seule santé”: une réponse à l’incertitude dans la gouvernance internationale des zoonoses émergentes? *Revue d’élevage et de médecine vétérinaire des pays tropicaux*, v. 66, n. 2, p. 41-46, 2013.

GARINE-WICHATITSKY, Michel de *et al.* “Health in” and “Health of” social-ecological systems: A practical framework for the management of healthy and resilient agricultural and natural ecosystems. *Frontiers in Public Health* [en ligne], 28 janvier 2021. Disponible em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpubh.2020.616328/full>.

JARED DIAMOND, Guns. *Germs and Steel: The Fates of Human Societies*. New York/Londres: W. W. Norton & Co, 1997.

JEAN-FRANÇOIS, Silvain; GOFFAUX, Robin; SOUBELET, Hélène. *Mobilisation de la Fondation pour la recherche sur la biodiversité par les pouvoirs publics français sur les liens entre Covid-19 et biodiversité*, Paris, FRB, 2020, téléchargeable sur le site de la FRB: <https://www.fondationbiodiversite.fr/mobilisation-de-la-frb-par-les-pouvoirs-publics-francais-sur-les-liens-entre-covid-19-et-biodiversite/>.

JONES, Kate E. *et al.* Global trends in emerging infectious diseases. *Nature*, n. 451, p. 990-993, 2008.

KECK, Frédéric. Introduction. Anthropologie sociale et maladies animales, *Cahier d’anthropologie sociale*, n. 8, p. 11-24, 2012.

KECK, Frédéric. *Les Sentinelles des pandémies*. Chasseurs de virus et observateurs d’oiseaux aux frontières de la Chine. Bruxelles: Zones sensibles, 2020.

LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphaël. Le contrat domestique. *Le Courrier de l’Environnement de l’INRA*, n. 30, p. 5-17, 1997.

LATOURE, Bruno. *Petites leçons de sociologie des sciences*. Paris: Seuil, 1996.

LEDERBERG, Joshua; SHOPE, Robert E.; OAKS, Stanley C. Jr. *Institute of Medicine (US), Committee on Emerging Microbial Threats to Health, Emerging Infections: Microbial Threats to Health in the United States*. Washington DC: National Academy Press, 1992.

MARIS, Virginie. *La Part sauvage du monde*. Paris: Seuil, 2018.

MCNEIL, William H. *Plagues and Peoples*. New York: Doubleday, 1976

MICHALON, Jérôme. «One Health au prisme des sciences sociales: quelques pistes de lecture». *Bulletin de l’Académie Vétérinaire de France*, n. 172, p. 1-5, 2019.

MORAND, Serge; FIGUIÉ, Muriel. Émergence de maladies infectieuses: risques et enjeux de société. *Quæ, Versailles*, p. 136, 2016.

MORAND, Serge; PIPIEN, Gilles. *Notre santé et la biodiversité: tous ensemble pour préserver le vivant*, préface de Hubert Reeves et Pierre Soulet. Paris: Buchet-Chastel, 2013.

MORSE, Stephen. Factors in the emergence of infectious diseases. *Emerg Infect Dis.*, v. 1, n. 1, p. 7-15, 1995.

PORCHER, Jocelyne. *Vivre avec les animaux, une utopie pour le xxie siècle*. Paris: La Découverte, 2014.

SILVAIN, Jean-François; GOFFAUX, Robin; SOUBELET, Hélène. *Mobilisation de la Fondation pour la recherche sur la biodiversité par les pouvoirs publics français sur les liens entre Covid-19 et biodiversité*», art. cit.

TOMA, Bernard. Les sentinelles en épidémiologie, communication aux journées AEEMA-AESA. Les animaux sentinelles. *Épidémiologie et santé animale*, n. 56, p. 5-14, 4 juin 2009.

TRUONG, Nicolas. Le tournant écopolitique de la pensée française», premier volet de Penseurs du nouveau monde, une série de six entretiens parus dans le journal *Le Monde* [en ligne, réservé aux abonnés], 2 ago. 2020. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/08/02/le-tournant-ecopolitique-de-la-pensee-francaise_6047969_3232.html.

VAN HERTEN, Joost; BERNICE, Bovenkerk; VERWEIJ, Marcel. One Health as a moral dilemma: Towards a socially responsible zoonotic disease control. *Zoonoses and Public Health*, v. 66, n. 1, p. 26-34, 2019.